

*A experiência do
Movimento
Convergência
Socialista*



A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

RESUMO

O Movimento Convergência Socialista propunha-se a organizar um movimento de unidade política dos socialistas com vista a legalização de um amplo e democrático partido político.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento Convergência Socialista; Ditadura militar; Trotskismo, história; Partido dos Trabalhadores

O Movimento Convergência Socialista (MCS) foi organizado em 1978 e propunha-se reunir um largo espectro de forças políticas e sociais com o objetivo de fundar um amplo partido socialista capaz de oferecer uma alternativa ao bipartidarismo, ainda vigente durante o governo do presidente Ernesto Geisel.

A conjuntura do período estava marcada por sinais de declínio político e econômico do regime autoritário iniciado em 1964 e por uma intensa reorganização dos movimentos sociais e populares. O MCS almejava ocupar os escassos espaços de atividade legal, tolerados pela *distensão política* do presidente Ernesto Geisel, para organizar um novo partido que deveria ser dotado de funcionamento democrático e de um programa de inspiração socialista. A organização almejava reunir diversos agrupamentos políticos e sociais associados às lutas pelo fim do regime autoritário e norteados pelos ideários socialistas.

O principal estimulador do MCS foi a Liga Operária. Ela havia sido fundada em finais de 1973, na Argentina, por exilados brasileiros. Como essa organização mantinha relações com a internacional de inspiração trotskista, seus posicionamentos serão mais bem compreendidos após um pequeno resumo dos debates travados na Internacional.

A fundação da 4ª Internacional foi proposta por Trotsky após a ascensão de Hitler ao poder, na Alemanha. A partir de

¹ Pesquisador associado do Laboratório de Estudos do Tempo Presente. <moutta@ig.com.br>.

² Este artigo é uma versão dos capítulos iniciais da minha dissertação de mestrado: FARIA, M. M. de. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores?: Contribuição à história do trotskismo no Brasil: a experiência do Movimento Convergência Socialista*, 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Comparada)-da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Orientação do Prof. Dr. Sidnei Munhoz.

então, ele julgou que não seria mais possível resgatar politicamente a Internacional Comunista.

A 4ª Internacional foi fundada em 1938 e, diferentemente das anteriores, nasceu sob o signo de duas derrotas históricas do proletariado: o surgimento do stalinismo e dos regimes fascistas. Essas condições políticas adversas impediram que a nova Internacional alcançasse uma significativa penetração no movimento comunista internacional.

O trotskismo permaneceu marginalizado pelos segmentos predominantes no marxismo internacional. Hobsbawm retratou esse isolamento:

Tornou-se logo claro que deixar o partido comunista, seja por expulsão ou iniciativa própria, equivalia a pôr fim à atividade revolucionária efetiva. [...] Aqueles que abandonavam o partido ficavam esquecidos ou privados de toda ação efetiva, a menos que aderissem aos 'reformistas' ou se filiassem a algum grupo abertamente 'burguês', caso em que deixavam de interessar aos revolucionários, ou ao menos que escrevessem livros que pudessem ou não tornar-se importantes trinta anos mais tarde. A verdadeira história do trotskismo como tendência política no movimento comunista internacional é póstuma. Os mais fortes dentre esses trânsfugas marxistas trabalharam pacientemente e em isolamento até que os tempos mudassem; os mais fracos sucumbiram à pressão.³

As possibilidades de consolidação da 4ª Internacional não melhoraram após a 2ª Guerra Mundial. A liderança de Stálin sobre o movimento comunista internacional emergiu renovada após a derrota militar que a URSS impôs à Alemanha. A extensão da economia planificada aos países do Leste Europeu, após um breve interregno democrático e de pluralidade política, experimentada entre os momentos finais da 2ª Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, aconteceu a partir da ocupação desses Estados pelo Exército Vermelho e não pelo desencadeamento de processos revolucionários. Esse fenômeno produziu nesses países governos com pouca liberdade de ação e fortemente dependentes da aprovação de Stálin. Além disso, a polarização criada pela Guerra

³ HOBBSAWM, E. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.16.

Fria tendia a reproduzir uma lógica que excluía a afirmação de alternativas.

Na década de 1950 a pequena internacional trotskista sofreu um intenso processo de fracionamento e em vários países o movimento trotskista cindiu-se em organizações políticas rivais entre si. Esse processo iniciou quando, impressionada com o desenvolvimento da Guerra Fria, a maioria da Internacional trotskista reformulou a avaliação acerca das ligações que ela deveria desenvolver com os partidos comunistas e a camada dirigente da URSS o que a levou a impulsionar a política de *entrismo*⁴ nos partidos comunistas.

A Revolução Cubana e as lutas políticas sob a forma de guerrilhas desenvolvidas na América Latina aprofundaram as divisões políticas que afligiam a Internacional trotskista, a qual, a partir de 1969, passou a adotar, cada vez mais a estratégia que abraçava a guerrilha como instrumento de ação política.

Essas aproximações com os partidos comunistas e, depois, com os grupos de guerrilha foram questionadas por minorias da Internacional trotskista num processo que gerou sucessivas crises e cisões.

Em seu processo de formação a Liga Operária posicionou-se em relação às polémicas que dividiam a Internacional. Formada, sobretudo por ex-integrantes de organizações que haviam adotado a luta armada imediata como a solução para o enfrentamento com a ditadura militar no Brasil, a Liga Operária

⁴ Na década de 1930, a tática do *entrismo* havia sido adotada pelas recém-formadas Ligas Comunistas, de inspiração trotskista. A Europa vivia, então, uma conjuntura política explosiva e os partidos socialistas contavam com correntes de esquerda que os trotskistas acreditavam ser possível influenciar. Já na década de 1950 o 3º Congresso Mundial da 4ª Internacional, adotou novamente a tática do *entrismo*. A conjuntura era bastante diversa. No entanto, o desenvolvimento da Guerra Fria havia impressionado a jovem direção da 4ª Internacional a qual elaborou prognósticos políticos que concediam à burocracia Soviética e aos Partidos Comunistas um papel político progressista, a partir das avaliações de que o socialismo seria vitorioso com a própria resolução da Guerra Fria. Dessa vez foram ampliadas as possibilidades de realização e foi proposto que os trotskistas ingressassem, também, nos partidos comunistas. Essa decisão gerou tensões na Internacional e a organização francesa, dirigida por Pierre Lambert, recusou-se a praticar o *entrismo* no Partido Comunista Francês o foi expulsa pela direção da 4ª Internacional.

manteve, desde seu início, um posicionamento crítico em relação às teses da guerrilha. A aproximação da Liga Operária de uma minoria da Internacional trotskista, que era crítica às teorias foquistas, obedeceu a um processo de amadurecimento político que esses ativistas iniciaram ainda no Brasil. Mario Pedrosa⁵ foi responsável pela aproximação desses brasileiros ao trotskismo através dos debates que travou com eles e também da criação de um grupo de discussões políticas: o Ponto de Partida.

A maioria dos membros que integraram o grupo Ponto de Partida, enquanto estavam exilados no Chile, ao se decidir integrar a 4ª Internacional, se organizaram numa fração a qual era integrada pelo Socialist Workers Party (SWP) [dos Estados Unidos da América] e pelo Partido Socialista dos Trabalhadores [da Argentina], além de outras organizações. O que estes dois partidos trotskistas possuíam em comum era, sobretudo, a política de repúdio à tática de guerrilhas adotada pelo Secretariado Unificado.⁶

O surgimento do grupo Ponto de Partida e depois da Liga Operária deve ser compreendido como uma resultante das experiências desenvolvidas na luta de classes no Brasil e dos debates travados no exílio com dirigentes e ativistas políticos. O estreitamento de relações da Liga Operária com o dirigente argentino Nahuel Moreno⁷ deve ser compreendido como um encontro entre a autocrítica da opção pela guerrilha, realizada

⁵ MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Mário Pedrosa foi um dos organizadores da primeira geração de trotskistas no Brasil. Ainda na década de 1920 aderiu à Oposição de Esquerda liderada por Leon Trotski. Mário Pedrosa mantinha ligações políticas e pessoais com o SWP desde a década de 1930, quando foi dirigente da Internacional.

⁶ O Secretariado Unificado reunia a maioria das organizações políticas que integravam a 4ª Internacional.

⁷ Hugo Miguel Bressano Capacete mais conhecido como Nahuel Moreno nasceu em 21 de abril de 1924 em Alberti, um povoado da província de Buenos Aires. Ele foi um dos fundadores do Grupo Operário Marxista (GOM) em 1944. Em 1953 ele rompeu com a maioria da 4ª Internacional e em 1957 formou o Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO). Em 1972, junto com o SWP, formou a Tendência Bolchevique Leninista com a qual a Liga Operária manteve contatos políticos regulares. Morreu em 25 de janeiro de 1987.

pelos integrantes da Liga Operária, e a posição crítica que esse dirigente manteve em relação à teoria do foco revolucionário.⁸

A Liga Operária iniciou suas atividades no Brasil sob o governo do general Ernesto Geisel. Ela avaliava que a liberalização política proposta, desde meados de 1973, expressava sinais de enfraquecimento do projeto ditatorial. No Brasil, a opção pela luta armada já estava sendo abandonada pelas organizações de esquerda entre as quais se fortalecia a tendência a buscar os canais de luta política legal. Seus esforços estavam sendo direcionados para a tentativa de ampliar os espaços de legalidade, romper a clandestinidade e garantir um espaço público e aberto para a disputa política. Isso implicava intensa disputa entre as organizações revolucionárias porque persistia, entre uma parte dos ativistas políticos no Brasil, um comportamento que privilegiava a clandestinidade e a recusa formal a qualquer participação em instituições controladas pelos governos autoritários, quer fossem eleições parlamentares, quer fossem os sindicatos oficiais.

Em 1974 foram realizadas eleições parlamentares no Brasil. Nelas renovou-se a composição da Câmara Federal e um terço das cadeiras no Senado Federal. A Liga Operária decidiu participar dessas eleições argumentando que sendo:

*A ditadura militar nosso principal inimigo, chamamos todos os setores populares a se unirem em torno de um programa claro, que ajude a mobilizar a classe trabalhadora e apoiando os candidatos operários do MDB.*⁹

⁸ As discussões sobre o emprego de guerrilhas como método revolucionário intensificaram após a Revolução Cubana. A maioria da 4ª Internacional, identificada com o dirigente Ernest Mandel, recusou-se a organizar um partido trotskista em Cuba. Essa política foi contestada por minorias, entre elas as representadas pelos dirigentes trotskistas Lambert e Nahuel Moreno. No Brasil a Democracia Socialista referenciava-se em Mandel, a Convergência Socialista em Nahuel Moreno e O Trabalho, em Lambert. Após a revolução nicaragüense, voltaram a ser discutidas questões muito parecidas o que aproximou Nahuel Moreno de Lambert. No Brasil, nesse período, a Convergência Socialista e O Trabalho mantiveram um comitê de enlace e desenvolveram atividades em comum.

⁹ *Independência Operária*, [Rio de Janeiro], p. 3, jun. 1974.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) obteve uma importante vitória naquelas eleições. Esse resultado eleitoral dividiu o poder militar e abalou o projeto original de *abertura*. Os grupos de militares da *linha dura* se rearticularam a fim de oferecer uma alternativa política ao país em torno do ministro do Exército, Sílvio Frota, o que levou o presidente Geisel a uma situação delicada já que seu projeto de governo e de *distensão política* havia sido construído como um acordo entre os diferentes grupos de militares. Foi nessa conjuntura que Geisel autorizou uma violenta onda repressiva desfechada contra as organizações de esquerda, em especial contra o Partido Comunista Brasileiro.

A proposta de formação de um novo partido já havia sido veiculada, pela Liga Operária, em seu jornal desde março de 1975, quando a edição trouxe impresso na capa: Pela Construção do Partido Socialista da Classe Operária. Essa mudança na conjuntura levou a Liga Operária a rever e adiar os projetos de legalização de suas atividades políticas levando a organização a sustentar a proposta de criação de um partido socialista legal apenas como propaganda para restritos setores sociais.

Apesar das dificuldades enfrentadas até 1977, a Liga Operária conseguiu um certo amadurecimento de sua intervenção na sociedade brasileira, sobretudo nas universidades, a qual lhe permitiu participar ativamente das mobilizações estudantis, entre elas, as causadas pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog.

As dificuldades geradas pela conjuntura política, no entanto, estiveram mais expostas durante o ano de 1977. Às vésperas do 1º de Maio, quando preparavam e distribuíam o *Faísca*, um jornal mimeografado que se apresentava como *boletim de luta do trabalhador*, a Liga Operária sofreu um forte ataque dos órgãos repressivos: José Maria de Almeida e Celso Brambilla foram presos.

Naquelas circunstâncias uma eficaz defesa, inclusive da integridade física dos militantes presos, só poderia ser realizada pelo movimento de massas. E como o movimento estudantil era o setor que apresentava, naquele momento, mais condições políticas para promover alguma ação em defesa dos presos a Liga Operária decidiu recorrer aos estudantes. Conforme o depoimento de Bernardo Cerdeira:

Daí veio a proposta de irmos às universidades acompanhados de uma comitiva de operários, alguns já antigos. Na USP [Universidade de São Paulo] houve uma assembléia

convocada às pressas. A diretoria do DCE [Diretório Central dos Estudantes] era composta por uma chapa formada pelo PCdoB [Partido Comunista do Brasil] e pela AP [Ação Popular]. Quando os operários falaram de suas lutas e de sua vida de trabalho... O velho operário falou assim: 'Vocês estão vendo essas paredes? Foram operários como nós que as construíram.' Ele, então, falou aos estudantes dos operários que estavam presos e que estávamos lá para pedir ajuda porque a própria vida desses operários estava em risco. Isso emocionou profundamente os estudantes da USP e daquela assembléia em diante a defesa dos presos deslanchou e ganhou as ruas.¹⁰

Alguma coisa havia mudado no país. Os estudantes, que até então, restringiam suas manifestações aos *campi* universitários, saíram às ruas em protesto:

Em 1977, a tensão que vinha se acumulando no meio estudantil ante a impressionante repressão, explode. A partir de uma enorme passeata de dez mil estudantes em São Paulo, reprimida com violência extrema pela polícia, eclodem manifestações em outras capitais e cidades grandes do interior.¹¹

A sociedade brasileira havia se recusado a acreditar no emprego das práticas de torturas por parte dos aparelhos governamentais brasileiros. As campanhas pela anistia passaram a se somar e a se confundir com a avalanche de revelações sobre as torturas, os processos judiciais movido pela família Herzog contra a União e as greves de fome dos presos políticos.

O governo, inicialmente, adotou a tática de permitir algumas formas de manifestação e proibir as mais ostensivas, como as passeatas. Com isso, esperava conter o movimento estudantil dentro de *limites toleráveis*. No entanto, não demoraria muito para que se percebesse que os estudantes não se conformariam com pequenos espaços de protesto e seguiriam em frente até a libertação dos presos e, se vitoriosos, intensificariam

¹⁰ Bernardo Cerdeira: entrevista [julho 2003]. Entrevistador: Marcos Moutta de Faria. São Paulo, 2003. (Bernardo Cerdeira integrava a Liga Operária e o MCS.)

¹¹ KUCINSKI, B. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 82.

as lutas pela reconstrução das suas entidades estaduais e a nacional, ao mesmo tempo em que pressionariam pelas chamadas liberdades democráticas.

Embora os estudantes tenham recuado ante a feroz repressão eles conseguiram realizar uma eficiente denúncia do autoritarismo no Brasil. Tornou-se cada vez mais difícil, para o governo, ocultar o recurso à tortura pelos órgãos repressivos.

O ano de 1977 abrigou importantes mudanças na conjuntura política.

As manifestações e protestos promovidos pelos estudantes motivaram os mais diversos setores da sociedade a apresentarem seus pleitos.

A demissão do general Sílvio Frota do Ministério do Exército enfraqueceu as articulações que grupos de militares promoviam visando o fortalecimento da tutela que as Forças Armadas exerciam sobre o Estado brasileiro.

Importantes frações da burguesia iniciaram críticas públicas ao governo autoritário. Os sinais de esgotamento do “milagre brasileiro” animaram setores da classe dominante a reivindicarem mudanças no modelo econômico e no regime político.

Dirigentes sindicais, como Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Luiz Inácio da Silva (Lula), do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, obtiveram ampla cobertura da imprensa quando realizaram uma campanha pela reposição da inflação de 1973 a qual havia sido manipulada pelo então ministro Delfim Neto.

NASCE O MOVIMENTO CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

A sociedade brasileira estava superando o estado de torpor. Estes acontecimentos foram percebidos pela Liga Operária como sinais de que haveria espaço político para a organização de um partido socialista.

A conjuntura internacional também estava marcada por importantes mudanças. O início do governo norte-americano de Jimmy Carter, com sua política de defesa dos Direitos Humanos, levou os governos autoritários a um certo isolamento.

As quedas das ditaduras de Salazar em Portugal e de Franco na Espanha foram seguidas de um intenso processo de

reorganização dos partidos políticos. Os partidos socialistas, nesses dois países, foram reconstruídos num ritmo acelerado. Nesse período, um dirigente da Liga Operária que havia sido deslocado do Brasil para auxiliar a 4ª Internacional na construção de organizações em Portugal e na Espanha estava retornando ao Brasil e propôs a formação do Movimento Convergência Socialista. A própria inspiração para o nome do movimento foi fornecida por uma organização socialista espanhola homônima. O fato de Portugal e a Espanha estarem superando formas autoritárias de governo fortaleciam a comparação com o caso brasileiro.

O debate acerca da reorganização partidária estava sendo aberto. Várias articulações políticas estavam em movimento. Apesar de haverem surgido correntes socialistas propugnando a reorganização do partido socialista, o ponto referencial mais importante, nesses debates, era a reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Entre os envolvidos com a organização de um partido trabalhista encontrava-se o secretário do Trabalho do Estado de São Paulo, Maluly Netto. Suas articulações envolviam vários dirigentes sindicais, como Joaquinção. Não demoraria muito para que Maluly Netto desistisse dessas articulações, fruto principalmente da recusa dos *sindicalistas autênticos* em lhe emprestarem apoio, e da iminência do retorno de velhos dirigentes do PTB, como Leonel Brizola.

Uma questão recorrente, na Liga Operária, dizia respeito à possibilidade do Partido Socialista (PS) que estava sendo proposto vir a assumir um caráter social-democrata. O jornal *Independência Operária* afirmava que:

*[...] não estamos propondo um partido revolucionário. Mas também não propomos um partido social-democrata. O que queremos é formar um partido que seja para todos os explorados e oprimidos uma alternativa real, imediata, independente, aos partidos que a burguesia nos prepara. Dentro do PS lutaremos para que ele não se vincule à II Internacional.*¹²

A Liga Operária não se propunha formar a força hegemônica no Partido Socialista. Julgava que, caso o Movimento obtivesse êxito, as outras forças políticas que se referenciavam

¹² *Porque um partido socialista?* [S.l.], [1977?]. p. 11. Biblioteca do Centro Pastoral Vergueiro, São Paulo. Mimeografado.

no socialismo se tornariam maioria no novo partido. A Liga Operária julgava que a formação de um amplo partido operário seria fundamental para o amadurecimento político da classe trabalhadora brasileira. Para isso, seria necessário superar o bipartidarismo que impunha à classe trabalhadora a convivência e a subordinação aos interesses da burguesia liberal.

A principal crítica que a Liga Operária dirigia ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) era que ele desenvolvia uma postura passiva ante os projetos de abertura de Geisel, subordinando as reivindicações operárias aos ritmos do MDB. Para a Liga, de forma diferente, o Partido Socialista deveria se organizar como um partido classista e não submeter às reivindicações operárias aos acordos políticos com a burguesia.

A Liga Operária contava com uma ampliação das mobilizações realizada pelo movimento de massas que promoveria o debate sobre a reorganização sindical e política da classe trabalhadora. Era necessário participar desse processo de reconstrução das organizações da classe trabalhadora tendo em vista fazê-lo a partir da ótica da independência política.

A análise dos modelos partidários, por ela efetuada, é importante para que compreendamos como a Liga Operária trabalhou, alternadamente, com as formulações de Partido Socialista e de Partido Trabalhista:

Na Europa, de forma geral, encontramos a classe operária, na sua maior parte, organizada nos partidos socialistas e comunistas, tendo já feito sua experiência com os partidos da burguesia. Na Inglaterra, a classe operária em peso segue o Partido Trabalhista, sustentado pelo forte aparato sindical. É um partido que, apesar de não ter um programa socialista ou comunista, levanta essencialmente um programa de reivindicações operárias, além de ser reconhecido pela classe, ou seja, é um partido operário.¹³

No caso brasileiro o documento avaliava que a classe trabalhadora, além de *desorganizada sindicalmente*, estaria emergindo de treze anos de *contra-revolução bonapartista*. Além disso, sua experiência com o populismo não teria sido esgotada porque haveria sido interrompida pelo golpe de 1964. O PTB, segundo a Liga Operária, não poderia ser considerado um partido

¹³ Ibid., p. 3.

operário, como o inglês, porque sua direção havia sido majoritariamente burguesa, apesar da base operária que o PTB haveria reunido.

Desde abril de 1976 a Liga Operária sustentava uma polêmica com setores da esquerda organizada que sistematicamente procuravam excluir os sindicatos oficiais das articulações que promoviam, como, por exemplo, as manifestações realizadas a propósito do 1º de Maio. A Liga Operária reconhecia o desvirtuamento que as direções sindicais, em sua esmagadora maioria, promoviam, mas considerava que os sindicatos oficiais se constituíam na principal referência para os trabalhadores brasileiros.

A possibilidade de organizar um partido político apoiado nos sindicatos foi hegemônica na Liga Operária até meados de 1977, quando se consolidou a opção por um partido socialista. Isso porque temia, naquele momento, que um modelo trabalhista repetisse o conteúdo policlassista que havia caracterizado o velho PTB. *A possibilidade do surgimento de um partido operário tipo trabalhista inglês é descartada pela fraqueza da burocracia sindical brasileira e por suas ligações com o populismo.*¹⁴

Segundo a avaliação da Liga, um partido socialista poderia disputar a representação política da classe trabalhadora contra a burocracia sindical, porque esta, sendo fraca, tenderia a se apoiar no populismo. Ou seja, avaliavam que um partido socialista poderia atrair importantes parcelas da classe trabalhadora para o seu projeto político porque a burocracia sindical não abandonaria o populismo nem sustentaria a criação de um partido dos trabalhadores. Por isso, em finais de 1977, a idéia de apoiar um novo partido sobre os sindicatos passou a ser percebida com desconfiança porque poderia atrair frações da burguesia. Por isso a fórmula partidária escolhida foi a de Partido Socialista.

A construção do novo partido deveria tomar impulso na medida em que a classe trabalhadora intensificasse suas lutas, por isso o MCS deveria se apoiar nos organismos que conseguissem canalizá-las.

As organizações que exerciam a representação sindical e política dos trabalhadores brasileiros haviam sido atacadas e

¹⁴ Ibid., p. 4.

parcialmente destruídas pelos governos instituídos após o golpe civil-militar de 1964. A partir de 1974 o movimento sindical e operário brasileiro iniciou uma lenta recuperação dessas organizações. Em 1977, no entanto, não estavam claros os caminhos que essa reorganização tomaria. Além de alguns pequenos partidos de esquerda, os círculos operários mantidos pela Igreja Católica, em geral, apostavam num completo rompimento dos trabalhadores com os sindicatos oficiais, controlados pelo governo através do Ministério do Trabalho. As práticas autoritárias desenvolvidas pelo Estado brasileiro haviam estimulado o surgimento de uma camada de ativistas que repudiava a participação em qualquer organização sindical sujeita às ingerências do Estado.

Quando a Liga Operária realizou o esforço de elaborar uma proposta de reorganização política para a classe trabalhadora brasileira, a dinâmica do processo de reconstrução dessas organizações sindicais ainda não estava claramente estabelecida. Os próprios trabalhadores, partindo de suas experiências e das lutas empreendidas a partir de maio de 1978 determinaram essa dinâmica.

Quando a Liga Operária decidiu pelo lançamento público de um movimento pela criação de um partido socialista a grande maioria dos colaboradores e dos membros do Conselho de Redação de *Versus* incorporou-se ao MCS. O jornal *Versus Afro-América-Latina* era uma publicação alternativa que, desde 1975, tratava principalmente de assuntos culturais. A partir de finais de 1977 tornou-se mais clara a influência política da Liga Operária em *Versus*, que passou a desenvolver um intenso debate acerca dos rumos políticos do Brasil.

A partir do lançamento do MCS, esse jornal abriu espaço para que diferentes personagens expressassem suas opiniões e idéias. Entre as matérias publicadas encontramos artigos assinados por Fernando Henrique Cardoso, José Álvaro Moisés, Mario Pedrosa, Octavio Ianni, Francisco Weffort, Celso Furtado, Moniz Bandeira, Frei Betto, D. Pedro Casaldáliga e Almino Afonso.

Em uma dessas matérias o sociólogo José Álvaro Moisés expressou a preocupação com a composição social do novo partido. Esse tema era recorrente nos debates que estavam sendo travados por causa do descolamento entre as organizações de esquerda e a classe trabalhadora brasileira, vivenciado no período anterior. Além disso, havia a questão da incorporação dos novos

movimentos sociais. Estavam se articulando no Brasil grupos de homossexuais, negros, mulheres, ecologistas, além de outros.

Já havia, no Brasil, nesse período, uma tendência à afirmação da diversidade de representações sociais e políticas. Na Europa, os novos movimentos sociais se afirmavam em disputa com os partidos tradicionais da classe operária. No Brasil, a organização de um partido independente da classe trabalhadora estava sendo proposta num momento em que esses movimentos sociais já existiam e procuravam consolidar sua presença. Fernando Henrique Cardoso elaborou, nesse período, uma fórmula que permitiria a convivência dos diferentes movimentos sociais no novo partido.

[...] o combate será travado contra os efeitos de uma civilização que priva os trabalhadores e os outros assalariados das condições da vida digna e decente. A ligação dos interesses dos trabalhadores de fábrica e os dos empregados de escritórios, das repartições públicas etc. é imediata. E todos esses segmentos da população embora não operários são assalariados. [...] O partido de tipo popular deve ser organizado como uma confederação dos movimentos sociais, relativamente independentes, enraizados em suas bases. Os movimentos das comunidades de base das igrejas, as associações de bairro, os sindicatos autênticos, a imprensa alternativa quem sabe jornalistas, da outra também, os centros de pesquisa e trabalho, o movimento estudantil, as associações de empregados, de professores, de mães, os clubes ecológicos, os movimentos das minorias etc, formariam o tecido vivo destes partidos.¹⁵

O jornal *Versus* foi um veículo de fundamental importância para o debate político e partidário e para a repercussão obtida pelo MCS. Ainda em dezembro de 1977 *Versus* destacou a realização do primeiro encontro público do movimento pelo Partido Socialista e em seu editorial definiu a nova perspectiva do jornal: *A hora não é apenas das denúncias. Mas da discussão de perspectivas.*¹⁶ Para a Liga Operária havia chegado a hora de organizar, abertamente, uma alternativa política que não

¹⁵ A BIONOCRACIA. *Versus*, São Paulo, p. 10, dez. 1977. Grifo do autor.

mais se subordinasse aos parâmetros da oposição liberal que hegemonizava o MDB. A idéia era reunir todos os intelectuais, políticos, movimentos sociais e organizações que se reivindicavam socialistas em torno de um movimento pela criação do novo partido.

A CLASSE OPERÁRIA ENTRA EM CENA

Os sindicatos brasileiros haviam sofrido um processo de perda de funções como organizações de representação das reivindicações operárias. No contexto da repressão inaugurada pelos governos autoritários, havia restado aos sindicatos cumprirem funções meramente assistenciais. Embora a maioria dos dirigentes sindicais houvesse se adaptado bem ao papel de gerentes de um aparelho burocrático, a situação foi diferente em sindicatos onde os conflitos fabris geravam pressões sobre eles. Nessas bases operárias ou se formavam oposições sindicais (o caso mais típico é o do Sindicato dos Metalúrgicos da capital paulista) ou as direções sindicais absorviam essa inquietação tentando redirecioná-la contra o governo e os patrões. Foi dessa postura que surgiu a corrente de sindicalistas que procurava assumir as lutas reivindicativas de seus representados.

Em meados do ano de 1978 o panorama político brasileiro mudou. As greves que começaram em 12 de maio em São Bernardo e se alastraram pelo Estado de São Paulo, trouxeram a classe operária e seus dirigentes sindicais para o centro do cenário político.

As grandes greves de 1978 e 1979 mudaram o contexto do debate político-partidário. Esse ciclo grevista produziu novos vínculos entre os líderes operários combativos. Além disso, eles passaram a contar com o respaldo de uma base operária massiva, mobilizada e decidida a lutar por mudanças.

Incorporar essa moderna classe operária foi uma preocupação que esteve presente na maioria dos projetos para a organização de um novo partido no Brasil. A partir de então, no entanto, os trabalhadores passariam a desempenhar um papel ativo nesse debate. As aspirações e as reivindicações da classe trabalhadora deixavam de se constituir em mero debate entre

¹⁶ EDITORIAL. *Versus*, São Paulo, p. 2, out. 1977.

intelectuais e ganhavam contornos de pauta obrigatória nas discussões entre grupos cada vez mais organizados:

*Muitos líderes operários já não mais queriam deixar o ato de interpretar aos outros — desejavam criar uma oportunidade, em termos organizacionais, para que os trabalhadores pudessem falar por si próprios.*¹⁷

Dentre os dirigentes sindicais combativos, Lula tornou-se a *figura-chave*, o *centro de equilíbrio*¹⁸ para a formação do novo partido. As greves, que começaram em São Bernardo, tornaram-no o líder operário responsável pelo formidável movimento paredista que mobilizou a moderna classe operária brasileira. Essas lutas libertaram e aumentaram o poder de todo o movimento sindical brasileiro. O apoio de Lula tornou-se fundamental para que a proposta de formação de um novo partido fosse ele operário, socialista ou popular, pudesse desfrutar de legitimidade.

A greve dos trabalhadores na Scania adquiriu importância especial porque além de paralisar todos os setores da empresa, foi seguida por greves em várias outras fábricas. Os trabalhadores já promoviam paralisações antes de maio de 1978. No entanto, eram paralisações que não se estendiam para outras fábricas. Na grande maioria dos casos, essas movimentações operárias ocorriam de forma isolada em algum setor da fábrica. *Um fato importante: um dia antes da greve da Scania os motoristas das empilhadeiras da Volkswagen, da Ford, da Mercedes-Benz tinham parado.*¹⁹

As greves iniciadas em maio de 1978 expressaram um processo de fortalecimento da organização dos trabalhadores. Foram eles próprios que imprimiram a dinâmica das lutas. As

¹⁷ KECK, M. E. *PT: a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991. p. 55.

¹⁸ BERBEL, M. R. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

¹⁹ DANTAS JUNIOR, A. (Ed.). *Lula sem censura: "...e aí a peãozada partiu pro pau"*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p. 39.

decisões de paralisar a produção, em geral, foram tomadas no ambiente fabril e expressaram a autonomia do movimento.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo possuía enorme importância no movimento sindical brasileiro. Não só ele era o maior sindicato de trabalhadores na América do Sul, mas seu presidente, Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão) se constituiu num importante articulador pela criação de um partido trabalhista. A trajetória de Joaquinzão a frente desse sindicato, no entanto, despertava muita polêmica. Em 1964, como decorrência do golpe civil-militar, o novo regime havia decretado a intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material de São Paulo. Os interventores realizaram uma razia contra os ativistas e delegados sindicais desarticulando, nos primeiros anos, quaisquer possibilidades dos trabalhadores oferecerem resistências:

Com a ajuda da repressão policial e das verbas do Ministério iria começar o longo reinado de Joaquim dos Santos Andrade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Tendo ajudado a interventoria em 1964, ele seria candidato único em 1965.²⁰

Passados os primeiros anos, a atuação da diretoria de Joaquinzão despertou uma oposição que reuniu diferentes agrupamentos, entre eles havia os simpatizantes da diretoria destituída; os grupos de operários que vinham se formando em torno da Juventude Operária Católica (JOC), a qual mantinha uma postura crítica frente à estrutura sindical oficial por ela considerada cupulista; além de militantes ligados à esquerda.

A Oposição associava Joaquinzão e sua diretoria às forças de repressão. *Os depoimentos dos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica [OSM] falam todos do Sindicato como centro de delação e do papel do seu presidente como agente da repressão.²¹*

Quando se iniciaram as greves entre os trabalhadores metalúrgicos na cidade de São Paulo²² havia, de um lado, a OSM que havia sobrevivido, durante dez anos, numa militância apoiada nos organismos sindicais de base, os grupos e as comissões de fábrica; de outro lado, estava Joaquinzão, que havia consolidado

²⁰ SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 229.

²¹ *Ibid.*, p. 233.

sua presença através do fortalecimento das atividades assistenciais que o Sindicato promovia. O clima entre os trabalhadores no início da década de 1970 comportava repressão e medo, mas, também as fantasias de ascensão social.

Na grande maioria das paralisações ocorridas durante os meses de maio e junho de 1978, os grevistas repudiaram a direção sindical e reconheceram a liderança da Oposição. Em pelo menos trinta e cinco empresas as comissões de fábrica foram reconhecidas pelos patrões.

A campanha eleitoral para escolher a nova diretoria para o Sindicato se desenvolveu paralelamente à onda grevista, e isso reforçou enormemente as chances da Oposição. No entanto, segundo muitas evidências, a equipe de Joaquim dos Santos Andrade só venceu desta vez graças às fraudes ocorridas no processo de apuração dos votos. A Oposição permaneceu organizada apesar da derrota eleitoral. Isto se devia, principalmente, às relações estabelecidas com os organismos de base, grupos de operários e as comissões de fábrica.

O êxito obtido pelos trabalhadores nas greves de maio e junho criou uma grande disposição de luta na categoria. O reconhecimento pelos trabalhadores de base, da Oposição como direção sindical, permitiu que ela dirigisse as greves de novembro de 1978.

Em maio e junho ocorreram greves por fábricas, geralmente negociadas através das comissões e com um acompanhamento apenas formal por parte do Sindicato. No entanto, em novembro, ocorria o dissídio coletivo de toda a categoria, o que revalorizava o controle da estrutura sindical em relevo. Após conseguir que a assembléia realizada no Sindicato aprovasse a deflagração da greve, a Oposição organizou a mobilização operária e preparou a paralisação nas fábricas. Esse controle que na prática a Oposição exercia sobre o Sindicato, no entanto, era evidentemente precário. *Não tendo o comando do Sindicato, não conseguiram evitar que seu presidente fizesse aprovar, algo sorrateiramente, um acordo que pôs fim à greve.*²³

Justamente o ascenso que produziu o fenômeno das lutas serem dirigidas pela Oposição Sindical revelou o problema que

²² JOAQUIM com os dias contados. *Em Tempo*, São Paulo, jul. 1978.

se colocava para os grupos autônomos de operários. As greves de maio e junho, ocorridas fora do dissídio coletivo, permitiram que os grupos de fábrica deflagrassem as lutas a partir das unidades produtivas e nesse processo formalizassem o nascimento das comissões de fábrica. Essas vitórias estimularam a deflagração de um novo ciclo de greves à época do dissídio coletivo. No entanto, os trabalhadores mantinham o Sindicato como o referencial para a organização das lutas. Esse processo levou a Oposição a ocupar virtualmente o Sindicato sem, contudo, conseguir controlá-lo efetivamente. Além disso, o esvaziamento dos grupos de base a partir das demissões sistematicamente promovidas pelos empresários permitiu que a liderança de Joaquinção voltasse a se fortalecer.

As comissões de fábrica serão desbaratadas pela repressão patronal, e a velha direção sindical retomará o controle sobre o Sindicato, evidenciando a dimensão dos desafios que estavam postos para a Oposição Metalúrgica no momento em que seu impulso negador enfrentava as exigências de uma institucionalização.²⁴

Diferentemente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo que conseguiu, parcialmente, incorporar à sua pauta de reivindicações as contestações produzidas pelos operários de base ao controle do processo de produção, estabelecendo vínculos mais fortes com os grupos nas fábricas, a direção encastelada no Sindicato de São Paulo ganhava um novo fôlego à medida que esses organismos sindicais de base eram derrotados.

Ficava para trás todo um período de formação desse movimento: aquele no qual as lutas nas fábricas e as comissões de fábrica eram assumidas como processos de constituição de sujeitos políticos, valorizados por si mesmos. Agora, quando a Oposição Sindical Metalúrgica se constituía como organização pública, com força para disputar a representação na categoria, ela reafirma a organização autônoma das fábricas como base para um sindicato legítimo. Mas é a transformação

²³ SADER, 1988, p. 257.

²⁴ Ibid., p. 251.

*deste — ou seja, a incidência na institucionalidade — que passa a ser o seu objetivo central.*²⁵

A manutenção do controle do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo por Joaquinão apontou alguns dos limites à transformação dos sindicatos oficiais em adequadas organizações de representação sindical dos trabalhadores brasileiros.

Durante o segundo semestre de 1978, o debate acerca da criação do novo partido passou a contar com a participação mais decidida de alguns dos sindicalistas conhecidos como *autênticos*. Esse grupo de sindicalistas formou-se em oposição à cúpula da estrutura sindical quando da realização do 5º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) realizado em julho de 1978 no Rio de Janeiro. O presidente da (CNTI), Ari Campista, representava o servilismo típico do dirigente sindical pelego e sofreu forte oposição durante o Congresso. Os sindicalistas *autênticos*, que representavam cerca de um terço dos votos, conseguiram aprovar duas de suas propostas. A primeira, uma campanha unificada em nível estadual para o ano de 1979. A segunda, uma caravana a Brasília, visando inibir as propostas de mudança na política salarial e na Lei Antigreve com as quais o governo Geisel pretendia enfrentar as greves previstas para o final de 1978 e início de 1979.

Conforme o depoimento de Paulo Skromov, o grupo dos sindicalistas *autênticos* incluía o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquinão:

*O Joaquinão apesar de ser um burocrata, era uma pessoa muito tratável, muito educado com os companheiros de outros sindicatos. E fazia parte do movimento intersindical que tínhamos, do grupo dos autênticos.*²⁶

Entre os *autênticos* havia sindicalistas cuja simpatia com o Partido Comunista Brasileiro os levava a permanecerem refratários à proposta de rompimento com o MDB e à constituição de um novo partido de trabalhadores, como Arnaldo Gonçalves, importante sindicalista da Baixada Santista. Uma outra articulação

²⁵ Ibid., p. 261.

²⁶ HARNECKER, M. *O sonho era possível*. Havana: Casa América Livre, 1994. p. 73.

com vistas à formação de um partido político era integrada por Joaquinção e visava à constituição de um “partido social trabalhista” que seria composto por dirigentes sindicais a partir de um convite feito por políticos da Arena, dentre eles o secretário do Trabalho de São Paulo, Maluly Neto.

A dinâmica que o debate político-partidário desenvolveu a partir de maio de 1978 tensionou a tática implementada pelo MCS de criação de um partido socialista. Por mais que a definição proposta ao Partido Socialista fosse o de um partido da classe trabalhadora, sua veiculação inicial baseou-se na possibilidade de atrair agrupamentos políticos principalmente formados por intelectuais e estudantes. No entanto, começava a se fortalecer o setor nucleado em torno do que era denominado *sindicalismo autêntico*.

Apesar de o MCS conseguir realizar um certo recrutamento de simpatizantes entre sindicalistas do ABC paulista, o que lhe fez crer inicialmente na possibilidade de que a proposta de um partido socialista pudesse contemplar as aspirações dos novos dirigentes e ativistas sindicais, foi se tornando mais claro que a formulação tática era inadequada.

À medida que a classe trabalhadora se movimentava (greves de maio e novembro de 1978) e seus dirigentes sindicais se fortaleciam, criava-se um novo pólo que passou a ser percebido, pelo MCS, como capaz de sustentar a criação de um partido baseado na classe trabalhadora.

O período compreendido entre setembro e novembro de 1978 foi marcado pelo esforço do MCS em consolidar um *pólo operário e socialista*. Nesse sentido, o MCS apoiou várias candidaturas do MDB nas eleições para o legislativo em 1978 que se comprometeram previamente com o apoio à fundação de um partido socialista. Dentre elas destacou-se a de Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que foi eleito deputado federal nas eleições de 1978. A tática eleitoral aprovada pelo Movimento Convergência Socialista era a de conceder apoio aos *candidatos operários e socialistas do MDB* com a condição de que esses candidatos, previamente, se comprometessem em empenhar-se na organização do Partido Socialista. No entanto, na campanha de Benedito Marcílio a tática eleitoral foi ajustada de Partido Socialista para Partido dos Trabalhadores a pedido do então candidato, como declarou José Maria de Almeida: *O Marcílio falou: Olha, o trabalhador ainda não*

*sabe o que é socialismo! Porque a gente não propõe organizar um Partido dos Trabalhadores?*²⁷

O MCS ao propor a formação de um pólo operário e socialista no MDB procurava ajustar sua formulação inicial, que propunha um partido socialista, de forma a incorporar os trabalhadores que estavam participando dessas jornadas de lutas e os dirigentes sindicais que estavam se declarando favoráveis à organização de um partido político referenciado na classe trabalhadora. Foi com essa nova formulação que o MCS trabalhou até finais de 1978, quando se tornou claro para os seus membros que a classe trabalhadora brasileira amadurecia um projeto partidário em muitos aspectos diferente.

O descompasso entre a proposta de criação de um partido socialista e as experiências dos operários da Grande São Paulo foi sendo percebido pelo MCS com mais clareza à medida que ele se envolvia na organização e apoio às lutas operárias. Em finais de 1978, a proposta de criação de um partido dos trabalhadores, que durante a campanha eleitoral havia sido veiculada apenas pelo comitê eleitoral de Benedito Marcílio, tornou-se hegemônica no MCS e foi apresentada no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em janeiro de 1979 na cidade de Lins.

O Congresso de Lins foi convocado para unificar as lutas que os metalúrgicos deveriam promover durante o ano de 1979 no Estado de São Paulo. À medida que os empresários das indústrias metalúrgicas foram se recuperando da surpresa causada pelas greves iniciadas em maio de 1978, eles iniciaram vários preparativos com a intenção de derrotar os movimentos grevistas, contando para isso com a coordenação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).²⁸ A partir de outubro, os trabalhadores perceberam, pelo endurecimento dos empresários nas negociações, que precisariam, em 1979, aumentar seu poder de pressão sobre a patronal.

²⁷ ALMEIDA, J. M. José Maria de Almeida: depoimento [ago. 2003]. Entrevistador: Marcos Moutta de Faria. Santo André, 2003. (José Maria de Almeida era metalúrgico em Santo André desde 1971 e membro da clandestina Liga Operária desde maio de 1977).

O Congresso de Lins reuniu os dirigentes sindicais com a proposta de promover a unidade de todos os sindicatos de metalúrgicos de São Paulo, incluindo desde os dirigentes considerados mais combativos, como Lula, de São Bernardo do Campo, até aqueles considerados mais pelegos como Joaquinção, de São Paulo e Henos Amorina, de Osasco.

A presença de dirigentes sindicais considerados “pelegos” pelas oposições levou-as a uma atitude de indiferença e de desconfiança em relação ao congresso e, conseqüentemente, à proposta de formação do Partido dos Trabalhadores (PT) por ele aprovada. Esse caráter unitário do Congresso de Lins afastou da proposta inicial de criação de um partido dos trabalhadores algumas das organizações de esquerda e a maioria das “oposições sindicais”. Efetivamente a primeira decisão coletiva expressa publicamente pela criação do PT foi a aprovação da moção apresentada pela delegação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e lida por José Maria de Almeida no Congresso de Lins.

Em Santo André os delegados ao congresso discutiram e aprovaram a moção. Mas, a tentativa de que outras delegações também discutissem as teses durante as eleições dos delegados se mostrou infrutífera, mesmo em São Bernardo do Campo.

Após aprovar a moção na eleição da delegação de Santo André, o Movimento Convergência Socialista passou a procurar as delegações dos outros sindicatos de metalúrgicos e a pedir apoio à formação do Partido dos Trabalhadores. Uma dificuldade a ser superada era a resistência que a maioria das organizações da esquerda revolucionária ofereciam à convivência com a maioria dos dirigentes sindicais, considerados “pelegos”, na mesma agremiação partidária.

Apesar de todas as articulações realizadas antes do congresso em defesa da moção, as possibilidades de aprová-la não pareciam muito animadoras, conforme o depoimento de Paulo Skromov:

²⁸ Tornou-se pública a orientação da FIESP para que as fábricas impedissem a permanência de trabalhadores em greve dentro das fábricas e, uma vez que os trabalhadores estivessem nas ruas, a orientação era para que as forças policiais fossem acionadas.

Neste Congresso, a relação de forças ainda era totalmente desfavorável para passar uma emenda a favor do PT, porque só havia dois sindicatos petistas...

Então como foi possível aprovar uma moção como essa? A assessoria do Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, da Convergência Socialista, preparou uma moção, assim: 'Os trabalhadores metalúrgicos reunidos em Lins, no seu congresso estadual... Manifestam a importância da construção de um partido só de trabalhadores'. Algo desse tipo. E como o Joaquinção e o Argeu Egídio, que era presidente da Federação — quer dizer, a cúpula dos setores pelegos —, estavam discutindo com o secretário do Trabalho do Governo do Estado a formação de um novo partido trabalhista, a moção de um partido dos trabalhadores, em letras minúsculas, não agredia a intenção deles, mas servia também para justificá-la.²⁹

A aprovação pelo Congresso de Lins da moção elaborada pela delegação de Santo André alcançou repercussão e se constituiu como o lançamento do Partido dos Trabalhadores:

Em janeiro de 1979, a proposta do PT foi lançada formalmente no IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricistas do Estado de São Paulo, realizado em Lins (SP), através de um texto elaborado por um grupo de trabalhadores, do qual se destacava Benedito Marcílio, líder do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e ligados ao grupo de esquerda Convergência Socialista.³⁰

Durante o Congresso, a moção foi defendida por Lula e aprovada pela grande maioria dos delegados. A oposição ao novo partido reuniu, basicamente, os sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro, como o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade de Santos, Arnaldo Gonçalves. Esse documento, que ficou consagrado como a tese de Santo André-Lins³¹ começava denunciando a formação dos governos

²⁹ HARNECKER, 1994, p. 65.

³⁰ MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989. p. 67.

autoritários como um recurso histórico para a sobrevivência do capitalismo:

*Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração.*³²

Portanto, segundo essa perspectiva, a luta dos trabalhadores não deveria se limitar às reivindicações por liberdades democráticas. O fim da ditadura militar, por si só, não seria suficiente. Seria necessário que os próprios trabalhadores constituíssem o seu partido político para melhor organizar a luta por seus interesses. A tese avançava um programa de reivindicações democráticas além das liberdades sindicais afirmando que estas só poderiam ser obtidas pela luta dos próprios trabalhadores.

A tese avançava, também, na definição da composição social do novo partido que não deveria absorver nenhuma fração da burguesia nacional e que, além disso, deveria ser dotado de funcionamento democrático: *Que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna*³³. E, por fim, propunha a formação de uma direção para o movimento pela criação do PT:

Que seja eleita neste congresso uma comissão e junto com todos os outros setores que, embora ausentes, também estão interessados na construção desse partido, amplie os contatos e comece a encaminhar essa luta nacionalmente em discussões com as bases, iniciadas desde já: que essa comissão fique

³¹ A proposta de criação do Partido dos Trabalhadores, articulada pelos metalúrgicos de Santo André e aprovada como uma moção no Congresso de Lins, ficou conhecida como a Tese de Santo André-Lins. A obra publicada pela Editora Perseu Abramo reunindo as resoluções do PT também consagra esse nome e a Tese de Santo André-Lins abre a coleção de documentos partidários.

³² FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 47.

³³ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1998, loc. cit. Grifo do autor.

*encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores brasileiros, chamando à construção do partido dos trabalhadores.*³⁴

A grande aceitação da proposta foi surpreendente. Sua aprovação só foi possível porque recebeu o voto favorável dos sindicalistas mais fortemente ligados à estrutura sindical oficial que estavam promovendo articulações com vistas à formação de um Partido Social Trabalhista.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores contava, por exemplo, com a decidida presença de Henos Amorina, que era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e considerado um dirigente pelego pela Oposição Sindical. Como relata Ivan Valente, na época dirigente do Movimento de Emancipação do Proletariado:

*Os motivos da desconfiança que as organizações de esquerda tinham na época é que muitas organizações já vinham convivendo enquanto Oposição Sindical, por exemplo, em Osasco, com Henos Amorina. [...] Vocês [os integrantes do Movimento Convergência Socialista] eram exatamente pragmáticos nisso. Ao mesmo tempo em que tinham uma proposta radical, socialista, se entendiam bem com pessoas que eram indefinidas, como o Marcílio.*³⁵

Após o Congresso de Lins o MCS readequou a sua tática e seu formato organizativo. Ele suspendeu a propaganda pela criação de um Partido Socialista e empenhou-se com todas as suas forças militantes na proposta de fundação do Partido dos Trabalhadores. A Convergência Socialista deixava, então, de propor-se como um movimento amplo, de frente única dos socialistas para tornar-se uma organização política conforme a tradição das organizações comunistas, o que significava, entre outras coisas, a adoção do *centralismo democrático*.

Após o Congresso realizado em Lins os dirigentes sindicais voltaram a se reunir no dia 30 de janeiro de 1979 no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. No entanto, os sindicalistas ligados ao PCB conseguiram impedir que a Carta de Princípios do PT fosse

³⁴ Ibid., p. 49.

³⁵ HARNECKER, 1994, p. 135.

aprovada nesse encontro. Apesar desse encontro haver decidido adiar indefinidamente as discussões em torno da fundação do novo partido, ninguém menos que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, propôs, em fevereiro de 1979, que se iniciasse a coleta das assinaturas necessárias para iniciar o processo de legalização do PT. A presença desses dirigentes sindicais inibia a possibilidade do movimento pelo PT atrair as oposições sindicais, sobretudo a que era organizada pelos metalúrgicos da cidade de São Paulo:

Na opinião de Adalberto, conhecido na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo como Beto, o Congresso de Lins não foi representativo, principalmente no que se refere à participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Pois o 'Joaquim ao invés de convocar uma assembléia da categoria para discussão das teses e retirada de delegados, optou pelo convite pessoal' [...] Para ele, as declarações de Lula são sinceras. Mas não se deve esquecer que hoje ainda tem que se construir uma nova estrutura sindical e, portanto, destruir a velha.³⁶

Após o encontro de Osasco decidiu-se pela formação de uma Comissão Provisória que deveria redigir a Carta de Princípios e encaminhar as questões referentes à fundação do PT. Essa Comissão Provisória foi composta por Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, Paulo Skromov, do Sindicato dos Couros de São Paulo, Henos Amorina, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Wagner Benevides, do Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte, e Robson Camargo, do Sindicato dos Artistas de São Paulo. Dessa comissão dois membros mantinham relações com organizações trotskistas: Robson Camargo era ligado à Convergência Socialista³⁷ e Paulo Skromov havia integrado a Organização Socialista Internacionalista.³⁸

Essa comissão provisória contou com a colaboração de Joaquinção até que os atritos produzidos durante a campanha salarial de março provocassem um distanciamento entre eles. O

³⁶ PARTIDO dos Trabalhadores prós e contras. *Em Tempo*, São Paulo, n. 49, p. 6, fev. 1979.

esforço realizado pelos sindicalistas mais combativos em promover uma unidade que permitisse uma campanha salarial conjunta no ano de 1979 havia sido frustrada e os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André permaneceram em greve mesmo depois que a Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo assinou um acordo retirando-se da campanha salarial. Nesse processo ocorreu um distanciamento entre os sindicalistas mais ligados à estrutura sindical oficial, como Joaquinção, e o grupo de sindicalistas mais combativos, como Lula, Jacó Bittar e Benedito Marcílio. Após esse processo de divisão dos dirigentes sindicais, as oposições sindicais e vários movimentos sociais tenderam à aproximação com os sindicalistas *combativos* e com o Movimento pelo PT.

As greves metalúrgicas iniciadas em março de 1979 haviam gerado um duro enfrentamento político com o governo. Quando o novo Presidente da República, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, tomou posse, em 15 de março, os metalúrgicos do ABC estavam realizando uma greve geral que paralisou a produção da indústria automobilística e foi seguida por greves em outras categorias profissionais.

O novo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, enfrentou, desde o primeiro dia no Ministério, essa onda grevista. Para isso lançou mão da repressão violenta aos piquetes de greve, além de usar os meios de comunicação de massa para acusar a Convergência Socialista pela eclosão e organização das greves. Esse expediente se constituía claramente numa estratégia para derrotar o movimento grevista. O ataque mais duro ao movimento grevista, no entanto, foi a decretação da intervenção nos sindicatos com a conseqüente destituição das diretorias sindicais eleitas.

A Comissão Nacional Provisória se preparava para distribuir a Carta de Princípios do PT no primeiro dia de maio de 1979. Nesse momento, o Sindicato de São Bernardo ainda estava sob intervenção e a greve havia sido suspensa por quarenta e cinco dias, conforme proposta realizada por Lula e aprovada pelos metalúrgicos em assembléia.

³⁷ HARNECKER, 1994, p. 65.

³⁸ BERBEL, 1991, p. 69. Paulo Skromov depois de desligar-se da Organização Socialista Internacionalista passou a animar um pequeno agrupamento denominado Organização Mobilização Operária (OMO).

O texto reproduzido na Carta de Princípios começava por anunciar o que julgava ser o significado histórico e as dificuldades que seriam enfrentadas para a fundação do PT:

A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora. Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manterem organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.³⁹

A Carta, polemizando com as diferentes propostas partidárias, procurava ressaltar a essência classista do PT em oposição aos partidos controlados pela burguesia. Nesse sentido, a crítica às tentativas de políticos ligados ao governo de reorganizar o Partido Trabalhista Brasileiro foi realizada a partir do caráter de classe que esse partido adquiriria.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não mais conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora chegou a vez do trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro.⁴⁰

A Carta denunciava o processo de auto-reforma do regime como uma solução negociada entre os setores da classe dominante e reafirmava a busca da classe trabalhadora por se constituir em personagem político ativo como a forma privilegiada de enfrentar o controle burguês sobre o Estado brasileiro. A defesa da unidade política das oposições em torno do MDB foi discutida na Carta de Princípios. Os partidos comunistas junto com outras organizações de esquerda defendiam a necessidade da manutenção da unidade no MDB até que o processo de

³⁹ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1998, p. 49.

⁴⁰ Ibid., p. 50.

redemocratização estivesse concluído. Para eles, propor a formação do PT significava fazer o jogo do governo que, ao extinguir o bipartidarismo estaria, sobretudo, interessado em dividir as forças de oposição.

Como já vimos antes, em fins de 1977, Fernando Henrique Cardoso havia propagandeado a proposta de formação de um Partido Popular que deveria se apoiar sobre os movimentos sociais que estavam se organizando no Brasil. Seria uma espécie de confederação dos movimentos sociais que procuraria ao mesmo tempo emprestar uma dimensão política e partidária a esses movimentos fazendo-os avançar na elaboração de suas propostas, mas, respeitando a autonomia dessas organizações populares. Essa elaboração de Cardoso havia sido debatida e divulgada, inclusive, através do jornal *Versus*.

Como conseqüência dessa formulação, durante sua campanha ao Senado, Cardoso procurou se aproximar dos setores ligados a esses movimentos sempre debatendo com eles, divulgando suas reivindicações e declarando seu apoio. No entanto, após a campanha eleitoral de 1978, Cardoso se convenceu de que não seria necessário romper com o MDB e criar um novo “partido popular”. Para Cardoso o MDB poderia ser transformado de forma a assumir as feições políticas e programáticas que ele propunha para o novo partido.

Foi para dialogar com esses setores do MDB que a Carta de Princípios abordou o tema:

Não ignoramos o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendemos ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares. [...] O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas, sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, todas as classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de ‘tomar de assalto’ o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.⁴¹

As movimentações destinadas à reorganização do PTB, realizadas em torno de Leonel Brizola, também foram objeto de críticas. No exílio, Brizola havia iniciado uma revisão crítica da trajetória do PTB no período anterior a 1964 e preconizava uma aproximação com a social-democracia européia.

O novo partido deveria reunir, além dos operários fabris, os movimentos sociais, os trabalhadores não envolvidos diretamente com a produção e os profissionais liberais. Contudo, reafirmava seu repúdio à presença não só de burgueses, mas, também, de seus *representantes*:

*O PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.[...] ...o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!*⁴²

A elaboração dessa Carta de Princípios foi realizada, pela Comissão Provisória, em um processo coletivo que incorporou, inclusive, contribuições externas à Comissão, conforme depoimento de Paulo Skromov:

Na reunião de fevereiro [de 1979] em São Bernardo, já tinha um projeto da Convergência apresentado pelos metalúrgicos de Santo André e eu tinha levado um rascunho de um outro projeto.[...] No projeto da Convergência havia basicamente um problema político: a Convergência queria que o PT fosse igual ao Labor Party inglês. A proposta dela dizia textualmente: 'Todo mundo que se filiasse ao Sindicato, e todo trabalhador sindicalizado era automaticamente filiado ao partido'.⁴³

A idéia de tomar o Partido Trabalhista Inglês como modelo para a organização do PT no Brasil era realmente um traço presente nas elaborações da Convergência Socialista desde as formulações produzidas pela Liga Operária. Entre as dificuldades geradas pela associação entre os sindicatos e o novo partido

⁴¹ Ibid., p. 54.

⁴² Ibid., p. 53.

⁴³ HARNECKER, 1994, p. 66.

encontrava-se a legislação brasileira que vetava as filiações coletivas. O texto final da Carta de Princípios, contudo, incorporava muitos elementos do texto que havia sido proposto pela Convergência Socialista, como o próprio Paulo Skromov assinala: *O projeto deles tinha sido rejeitado, mas várias passagens do texto deles foram agregadas para valorizar. Não tinha porque não se fazer, se era exatamente o que nós pensávamos.*⁴⁴

Paulo Skromov apresentou um texto para servir de base para a elaboração da Carta de Princípios. Ele informou que foi auxiliado, nessa tarefa, por Fábio Munhoz, que também era um militante de formação trotskista e havia integrado o Grupo Primeiro de Maio.⁴⁵

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina, havia se declarado favorável a que o PT assumisse um perfil parecido ao do partido trabalhista da Inglaterra. Ele era um dos defensores da proposta de construir um Partido profundamente ligado aos sindicatos: *O trabalhador precisa participar e confiar em seu sindicato. O partido deve ser uma extensão do sindicato, enquanto o sindicato não tiver liberdade*⁴⁶. As propostas formuladas pelo MCS para a configuração do novo partido eram compartilhadas por outros membros da Comissão Provisória:

*Foi muito importante essa participação para melhorar a qualidade do Partido dos Trabalhadores. E fez a gente tomar muito cuidado na proposta de encaminhamento de formação desse partido. Principalmente o pessoal da Convergência [Socialista] que era um pessoal de uma educação política muito boa...*⁴⁷

Apesar do processo democrático com que a elaboração da Carta de Princípios foi elaborada, poucos dias antes do 1. de Maio de 1979, a divulgação do Manifesto recebeu diferentes vetos. Um deles veio da maioria da Comissão Nacional Provisória e outro veio de Lula.

⁴³ HARNECKER, 1994, p. 66.

⁴⁴ Ibid., p. 74.

⁴⁵ BERBÊL, 1991, p. 81.

⁴⁶ O PARTIDO deve ser uma extensão do sindicato. *Em Tempo*, São Paulo, n. 49, p. 6, 1 fev. 1978.

⁴⁷ HARNECKER, 1994, p. 74.

Conforme o depoimento de Paulo Skromov, depois de aprovado o texto final pela Comissão, a Carta de Princípios foi entregue aos militantes da Convergência Socialista para ser impresso porque *eles tinham um belíssimo jornal, o 'Versus', muito bem impresso, bonito*.⁴⁸ Quando a Carta de Princípios ficou pronta, no entanto, ele julgou haver um problema: *embaixo vinha o expediente, diagramado, publicado pela Editora Versus, editor responsável Júlio Tavares etc. Algo que identificava a Carta de Princípios com a Convergência*. Skromov argumentou que a identificação com a Convergência Socialista traria prejuízos para o Movimento pelo PT:

*Ora, a Convergência tinha uma campanha no país que tudo que acontecia, embora 99% não fosse de sua responsabilidade, mas era atribuído a ela. Era uma campanha de queimação da Convergência. A grande imprensa divulgava que aconteceu uma maluquice não sei aonde e foram os xiitas da Convergência, um negócio desse tipo. Para um movimento que tinha que crescer no meio sindical, onde nem todo mundo era claramente socialista, não era uma boa coisa.*⁴⁹

A Comissão Nacional Provisória decidiu não distribuir a Carta de Princípios impressa pela editora Versus: *Não distribuimos. Depois a gente vê o que faz com isso. Mas é proibido sair um número dessa impressão. Henos, que tinha um mimeógrafo elétrico, rodou 1.500, datilografado*.⁵⁰

Apesar do veto em distribuir o material impresso pela gráfica do Versus, a Carta de Princípios tornou-se de conhecimento público principalmente pela divulgação realizada pela imprensa diária. Lula, no entanto, expressou diferenças mais profundas quanto aos encaminhamentos que deveriam ser tomados no processo de formação do PT, revelando suas divergências, inclusive, com a Comissão Provisória:

Eu disse aos companheiros que lançaram aquele esboço de programa que a coisa foi muito precipitada, porque entendo

⁴⁸ Ibid., p. 163.

⁴⁹ Ibid., p. 75.

⁵⁰ Ibid., p. 76.

que deveríamos procurar outros setores da sociedade antes de lançar qualquer coisa. [...] Se queríamos lançar um partido de assalariados, juntando todos os setores da sociedade que vivem de salários, deveríamos conversar com todos os setores da sociedade para que cada um desse sua opinião e, a partir daí levar a coisa para discussão nas bases.⁵¹

Havia no MDB grupos de parlamentares que conservavam ligações com os movimentos sociais e os sindicatos. Esses setores do MDB haviam produzido várias críticas à formação do PT. Entre elas a de que o referencial de classe, que o PT estava assumindo, estaria definindo contornos muito restritivos à participação no novo partido. Lula julgava possível e necessário incorporar esses setores do MDB ao novo partido:

Eu acho que antes de fazer qualquer coisa, é necessário conversar com muita gente. Existe muita gente boa por aí para ser consultada. Eu vou dar alguns exemplos: querer criar um partido hoje impõe necessariamente conversar com um cara como o Jarbas Vasconcelos, que tem uma enorme liderança no Nordeste. [...] Fernando Henrique Cardoso, Chico de Oliveira... Tem várias pessoas. Senadores e deputados mais progressistas, o MDB, o pessoal de atitudes mais coerentes... Mas nada definido ainda. Temos de conversar com várias pessoas para reunir um grupo disposto a organizar um partido em que a classe trabalhadora predomine.⁵²

A Comissão Provisória estava enfrentando um problema gerado pelas oscilações políticas de Lula. Ele já havia se tornado o *centro de equilíbrio* do novo partido e a Comissão tinha consciência de que não haveria um Partido dos Trabalhadores sem o apoio dele. Apesar de ter comparecido à primeira reunião da comissão, em fevereiro, ele ausentou-se das articulações políticas para dedicar-se integralmente à organização da campanha salarial em 1979. Lula declarou ter participado da elaboração e de haver tomado conhecimento da Carta de Princípios sem fazer objeções ao seu texto final. Quando ele

⁵¹ Núcleo ampliado de professores do PT, 1981, p. 222.

⁵² Ibid., p. 223.

declarou-se contrário ao lançamento do PT no 1º de Maio de 1979, isso, inegavelmente, enfraqueceu o lançamento do partido. As diferentes concepções acerca da composição social e do ritmo de formação do Partido dos Trabalhadores estavam sendo contornadas pela Comissão Provisória até maio de 1979, quando elas afloraram inequivocamente.

Os motivos para que a Comissão Provisória vetasse a distribuição da Carta de Princípios impressa pela gráfica do *Versus* advinham do isolamento político que ela estava enfrentando. A falta de unidade com os dirigentes sindicais e as críticas provenientes do MDB à criação do PT produziam dúvidas quanto à viabilidade do lançamento do novo partido. Nesse sentido, a identificação da proposta de criação do Partido dos Trabalhadores com a Convergência Socialista alimentava os receios de isolamento político da proposta de criação do PT e de que o MCS viesse a controlar o novo partido.

A decisão da Comissão de realizar uma tímida distribuição da Carta de Princípios em um impresso de formato clandestino e mimeografado e a aproximação de Lula aos parlamentares do MDB, identificados com a Tendência Popular, que era integrada, entre outros, por Fernando Henrique Cardoso refrearam as atividades destinadas à formação do PT. Esse processo abriu a possibilidade de voltar a discutir a conformação dos contornos políticos e ideológicos que o PT deveria assumir. Para isso foi realizado o Encontro de São Bernardo. Ele ocorreu durante os dias 2 e 3 de junho de 1979 e reuniu sindicalistas, intelectuais, políticos e militantes da esquerda organizada, conforme depoimento do jornalista Perseu Abramo:

O Almino Afonso formava parte de uma articulação que estava começando a pensar na possibilidade de criação de um partido novo, diferente do MDB e dos partidos de esquerda tradicionais. Essa articulação reunia principalmente intelectuais de esquerda, políticos do tempo de João Goulart, que voltavam do exílio e da prisão (continuavam o Almino, Plínio de Arruda Sampaio), velhos militantes sindicais dos tempos do Partidão, novos militantes sindicais ligados à igreja progressista e aos movimentos de Oposição Sindical, antigos membros do antigo PSB de antes da ditadura... Esse novo partido queria ter características socialistas, democráticas, populares. A articulação chegou a realizar várias reuniões — em alguns casos em locais alugados da Igreja Católica — e

*produziu muitos documentos de caráter analítico e programático que, posteriormente, inspiraram em grande parte os documentos básicos do Partido dos Trabalhadores. Essa articulação foi uma das principais precursoras do PT, na medida em que a maior parte de seus integrantes optaram por formar o PT.*⁵³

A falta de acordo no encontro de São Bernardo marcou o fim das negociações com os setores do MDB para a formação de um novo partido que incluísse os sindicalistas. Segundo o depoimento de Wagner Benevides:

*Já estávamos com a proposta do PT nas ruas e eles não. Eles tinham a proposta do tal do PP, do Partido Popular. Mas não falavam, esconderam isso da gente. E aí o MR-8, o Partidão, todo mundo entrou no meio para tumultuar isso e inviabilizar a proposta. Os do MR-8 tinham como missão implodir o PT a qualquer preço e em qualquer lugar. Esse encontro foi um negócio extremamente confuso, onde as pessoas diziam assim: 'Não, realmente vocês estão cobertos de razão, vocês são a essência, o que vocês põem para nós são coisas que não sabíamos e estamos aprendendo com vocês. Vocês são verdadeiros'. Eram adulações para todos os lados, mas eles diziam também: 'Vocês estão equívocados, não podemos sair daqui sem ter uma proposta política partidária definida.' Eles falavam uma linguagem que nós não entendíamos. No final eles partiram para a catequese. 'Realmente a proposta de vocês é boa, mas é inviável. É sectária, é uma proposta que não tem futuro. É uma proposta que não tem parlamentares'. Nós tínhamos um, Edson Khair, único deputado federal que ousou vir para o PT. Aí o Lula levantou e disse: 'Foi tudo muito bonito, vocês falaram bem, mas nós continuamos com a nossa proposta'. Aí os olhos do Olívio brilharam, os do Skromov também.*⁵⁴

Passando a contar com um apoio mais decidido de Lula, o Movimento pelo PT consolidou-se como um forte pólo, atraindo

⁵³ HARNECKER, 1994, p. 79.

⁵⁴ Ibid., p. 80.

cada vez mais setores políticos e sociais para a sua órbita, vencendo resistências entre grupos de operários ligados aos setores progressistas da Igreja Católica, oposições sindicais e organizações de esquerda. Embora o único parlamentar que tenha permanecido no Movimento pelo PT tenha sido, inicialmente, o Edson Khair, ligado a Convergência Socialista, nos meses seguintes ele recebeu a adesão dos deputados; Marco Aurélio Ribeiro, Geraldo Siqueira Filho e José Eudes. Também intelectuais reconhecidos nacionalmente se incorporariam, como Francisco Weffort, Chico de Oliveira, além de outros. O PT foi lançado como organização política em 13 de outubro de 1979 em São Bernardo quando se decidiu dar forma legal ao PT.

É interessante notar que a partir desse momento, em que as organizações de esquerda intensificavam sua aproximação com o PT, a Convergência Socialista tendeu a se ausentar de suas articulações. Isso não significava que houvesse se formado na organização uma posição de repúdio ao novo partido que estava sendo construído. Era certo que ela desenvolvia críticas a mudanças ocorridas nas articulações a partir de maio de 1979, no entanto, a própria organização declarou repetidas vezes que essas modificações alcançavam apenas aspectos secundários.

O que estava acontecendo era que a Convergência Socialista estava atravessando um período em que seu projeto político parecia se esgotar. A organização se orgulhava em ter participado ativamente das articulações pela criação do PT e percebia o nascimento do novo partido político como uma vitória política de importância histórica para os trabalhadores brasileiros. Isso, no entanto, não impediu que ela mergulhasse em um período de profunda crise política em que os fatores de coesão partidária entraram em colapso.

O debate travado internamente na Convergência Socialista revela que a crise era motivada pelas polêmicas envolvendo o modelo partidário a ser adotado pela organização. Desde seu lançamento o MCS, que se definia como um movimento amplo e democrático, coexistiu com a organização revolucionária e clandestina. Embora o MCS tenha nascido sob o signo do isolamento político e a maior parte de suas forças militantes tenha sido fornecida pela Liga Operária, ele só abandonou os contornos de um movimento plural e democrático para se tornar uma organização centralizada no início de 1979. Já a Liga Operária foi dissolvida após os ataques que os órgãos de repressão política

realizaram contra ela em setembro de 1978. Portanto, durante seis meses os militantes educados pela Liga Operária na tradição leninista foram impelidos a exercerem sua militância política exclusivamente no MCS. Esse processo de legalização forçada das atividades partidárias foi percebido por parcelas da organização como *uma derrota do embrião do partido revolucionário*.

Durante o congresso partidário realizado em outubro de 1979 foram produzidos acordos políticos que permitiram a elaboração conjunta de um Documento de Balanço. Esse processo levou a que a principal tendência que disputava o Congresso, a Fração Unitária de Reconstrução do Partido (FURP), aceitasse participar da composição da nova Direção Nacional. Logo após, no entanto, essa fração decidiu pelo rompimento com a Convergência Socialista alegando que *a reconstrução do embrião do partido revolucionário não passava [mais] pela CS*.⁵⁵

As articulações pela criação do PT estavam, inegavelmente, enfraquecendo os fatores de coesão partidária do MCS. Havia consenso na organização de que ela deveria apoiar a formação do Partido dos Trabalhadores e de que ele representava a expressão das experiências concretas vividas pela classe trabalhadora. Restava, no entanto, resolver as questões acerca do relacionamento entre o MCS e o PT: *É no mínimo confundir os trabalhadores apresentar ao mesmo tempo dois partidos em construção*.⁵⁶

A solução preconizada pela FURP para resolver as dificuldades de relacionamento entre o MCS e o PT se constituía num retorno do MCS à clandestinidade. Já a maioria da Convergência Socialista alegava que o abandono da legalidade e a militância no Movimento pelo PT produziriam a dissolução da organização. Embora a direção majoritária possuísse a firme convicção de que a sobrevivência da Convergência Socialista dependia dela conseguir participar da construção do PT e ao mesmo tempo afirmar uma identidade própria ela encontrava dificuldades em estabelecer as relações futuras entre os dois partidos:

*O documento nacional aponta o PT como eixo fundamental para a construção do nosso p.[partido] hoje. Assim o verdadeiro desafio que temos é dar respostas ao PT. **Damos resposta ao***

⁵⁵ Declaração da Fração Unitária de Reconstrução do Partido (FURP), 1979, p. 1.

⁵⁶ Declaração da Tendência Esquerda Proletária, 12 jul. 1979, p. 7.

PT, saímos da crise! Não damos e o p.[partido] não vai adiante, [...] *Em relação ao classismo e ao PT, propomos que se faça um documento que arme o p.[partido] em todos os seus distintos setores e atividades, de como trabalhar no classismo e na campanha pelo PT.*⁵⁷

A disputa política no pré-congresso foi muito intensa. Como resultado, de maio até outubro de 1979, a organização, dedicando-se quase exclusivamente aos seus debates internos, ausentou-se em grande medida das atividades e dos eventos político que ocorriam na sociedade, inclusive dos debates promovidos em torno do Movimento pelo PT. De forma geral, as organizações de esquerda que afluíram ao PT também se sentiram pressionadas a dissolver suas estruturas partidárias, mas isso é outra história.

⁵⁷ BALANÇO: setembro de 1978, p. 66. Grifo do autor.

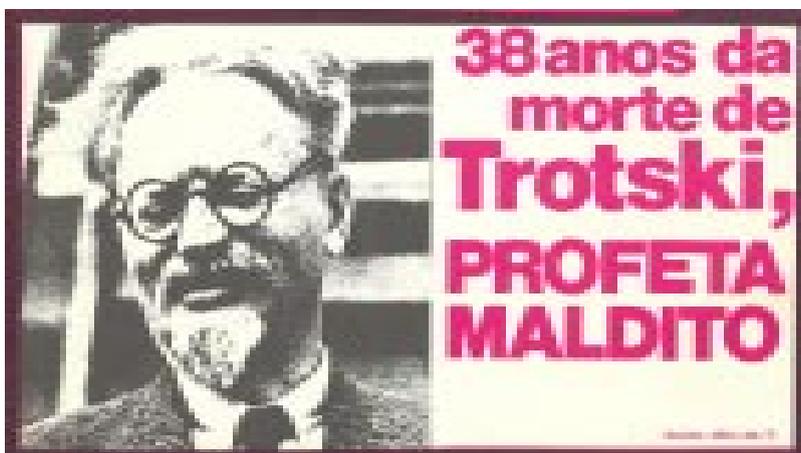
THE EXPERIENCE OF THE SOCIALIST CONVERGENCE MOVEMENT

ABSTRACT

The Socialist Convergence Movement proposed to organize a movement of political unit of the socialist Brazilians aiming at legalizing a wide and democratic socialist party.

KEYWORDS

Socialist Convergence Movement; Military dictatorship; Trotskyism, history; Worker's Party



Em sua última fase, *Versus* foi porta-voz do Movimento Convergência Socialista. *Versus*: um jornal de política, cultura e idéias. São Paulo, v. 3, n. 24, set. 1978. (Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, J 0474. Detalhe da capa.)